

ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros

SEPN 504 - Bl. "A", Nº 100 - Edifício Ana Carolina - Salas 101/106 - Brasília-DF - CNPJ 05.437.257/0001-29

Exercício encerrado em 31.12.2013

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A receita obtida em 2013 manteve o histórico ascendente em relação aos anos anteriores e o resultado alcançado foi compatível com o montante e o perfil das carteiras de crédito em cobrança.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O volume de operações renegociadas de janeiro a dezembro de 2013, bem como o ganho em aplicações financeiras (renda fixa), propiciaram receitas efetivas no valor de R\$ 576.855 mil, superior em 25,32% ao ano de 2012 (R\$ 460.312 mil).

O lucro líquido do período foi de R\$ 69.945 mil. O resultado acima expresso equivale ao retorno anualizado de 8,0% sobre o patrimônio líquido médio e a R\$ 0,11 por ação.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

De janeiro a dezembro foram realizados 603 mil acordos, os quais, na ausência de inadimplementos, acrescidos dos acordos vigentes formalizados anteriormente, poderão propiciar fluxo de recebimentos futuros, para um período de até cinco anos, da ordem de R\$ 831.255 mil (um acréscimo de 32,54% se comparado aos R\$ 627.193 mil do ano anterior).

RISCOS DAS CARTEIRAS

Perdas

Com base em critérios aprovados pela Diretoria Executiva, que levam em consideração as características das carteiras adquiridas, o tempo de cobrança e o valor da aquisição, foi baixado do ativo (Créditos Adquiridos), no ano, o valor de R\$ 327.019 mil.

Passivos Contingentes

A Ativos S.A. é parte em ações adversas em 8.326 processos na esfera judicial, posição em 31.12.2013, abrangendo todas as Unidades Federativas.

Os autores das ações correspondem a 0,07% de uma carteira composta por 12.209.371 devedores. As ações têm como objetivos principais: baixa de restrição no SPC, declaração de inexistência de débitos, indenização por danos morais e revisão de cláusulas contratuais.

Adotando postura conservadora na modelagem da probabilidade de êxito, as despesas com provisões para passivos contingentes (demandas cíveis), neste ano, foram menores que as reversões de provisão em R\$ 2.332 mil, totalizando, em 31.12.2013, R\$ 29.817 mil. Ressalte-se que, no

período sob consideração, foram pagos R\$ 8.570 mil referentes a essas demandas.

A Ativos S.A. tem como postura, independentemente da natureza dos pleitos judiciais e das medidas adotadas na defesa de seus direitos, contatar os devedores com vistas a desenvolver negociação para solução da pendência.

ESTRUTURA DE CUSTOS

Os custos da empresa foram da ordem de 87,9% sobre as receitas, em cuja composição são somados 82,5% de custos variáveis e 5,4% de custos fixos. No encerramento do balanço, os custos variáveis foram da ordem de 93,9% dos custos totais.

A Diretoria Executiva prima pela administração rigorosa dos custos com o objetivo de mantê-los em patamares compatíveis com as boas práticas de gestão, com os resultados esperados e em sintonia com as práticas do Conglomerado Banco do Brasil.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Ativos S.A. norteia suas atitudes de cobrança no respeito aos direitos dos cidadãos, orientando as equipes de recuperação de créditos a pautarem suas ações nos estritos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.

Entende, ainda, que seus resultados, além de atenderem as expectativas dos acionistas na remuneração de seus capitais, recuperam a cidadania de pessoas que, por alguma razão, tornaram-se inadimplentes e, ao pagar suas dívidas, podem ser novamente habilitadas a operar no mercado de crédito.

A Ativos S.A. atua em parceria com empresas cobradoras detentoras de boas práticas de responsabilidade social e, além de empregar cerca de 1.392 pessoas diretamente ou por meio das parcerias, tem propiciado, ainda, os seguintes fatos de cunho social:

- possibilita meios de retorno ao mercado de trabalho e consumo a pessoas inadimplentes (ausência de restrições de crédito); e
- adequa os desembolsos para pagamento de dívidas antigas às atuais condições orçamentárias dos devedores.

No que se refere à contribuição financeira para a sociedade, foram apurados, no ano de 2013, R\$ 61.543 mil a título de impostos e contribuições, sendo:

IMPOSTOS APURADOS	VALORES (R\$ MIL)
Imposto de Renda	(25.455)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(9.207)
Cofins	(22.254)
PIS/Pasep	(3.616)
Outros tributos	(1.011)

Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais

Balanco Patrimonial

ATIVO	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO CIRCULANTE	554.674	450.454
Caixa e Equivalentes de Caixa	411	662
Instrumentos Financeiros	501.785	414.631
Aplicações financeiras	231.329	120.471
Créditos adquiridos	270.456	294.160
Outros Créditos	2.082	4.439
Outros Valores e Bens	50.396	30.722
ATIVO NÃO CIRCULANTE	440.897	513.339
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	438.400	510.994
Instrumentos Financeiros	428.262	499.491
Créditos adquiridos	428.262	499.491
Outros Créditos	10.138	11.503
INVESTIMENTOS	8	8
Participações societárias	5	5
Outros investimentos	3	3
IMOBILIZADO	2.489	2.337
Instalações, móveis e equipamentos de uso	3.489	2.974
(Depreciação acumulada)	(1.000)	(637)
TOTAL DO ATIVO	995.571	963.793

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2013	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE	119.762	83.910
Obrigações por Emissão de Debêntures	7.571	30.241
Outras Obrigações	112.191	53.669
Sociais e estatutárias	67.059	10.514
Fiscais e previdenciárias	3.973	3.015
Diversas	41.159	40.140
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	--	7.571
Obrigações por Emissão de Debêntures	--	7.571
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	875.809	872.312
Capital	656.103	656.103
Reservas de Lucros	219.706	216.209
TOTAL DO PASSIVO	995.571	963.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

	Exercício/2013	Exercício/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	504.014	419.811
LUCRO BRUTO	504.014	419.811
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(411.374)	(356.561)
Despesas de comissões	(76.772)	(72.860)
Despesas administrativas	(20.307)	(21.930)
Rendas de serviços prestados a ligadas	19.685	10.311
Rendas de serviços prestados a terceiros	46	364
Outras receitas operacionais	6.677	643
Outras despesas operacionais	(340.703)	(273.089)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	92.640	63.250
RESULTADO FINANCEIRO	13.922	970
Receitas financeiras	18.880	9.207
Despesas financeiras	(4.958)	(8.237)
RESULTADO OPERACIONAL	106.562	64.220
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS	250	743
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	106.812	64.963
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(36.027)	(22.048)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(840)	(594)
LUCRO LÍQUIDO	69.945	42.321
Número de ações	656.102.904	656.102.904
Ordinárias	328.051.452	328.051.452
Preferenciais	328.051.452	328.051.452
Lucro por ação (R\$)		
Ordinária	0,11	0,06
Preferencial (1)	0,12	0,07

(1) As ações preferenciais têm direito ao recebimento de dividendos, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que atribuído a cada ação ordinária.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Exercício/2013	Exercício/2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.945	42.321
Outros resultados não realizados	--	--
Efeitos dos impostos	--	--
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	69.945	42.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2011	656.103	12.061	171.878	--	840.042
Lucro líquido do período	--	--	--	42.321	42.321
Destinações:					
Reservas	--	2.116	30.154	(32.270)	--
Dividendos (R\$ 15,32 por lote de mil ações)	--	--	--	(10.051)	(10.051)
Saldos em 31.12.2012	656.103	14.177	202.032	--	872.312
Mutações do período	--	2.116	30.154	--	32.270
Saldos em 31.12.2012	656.103	14.177	202.032	--	872.312
Lucro líquido do período	--	--	--	69.945	69.945
Destinações:					
Reservas	--	3.497	--	(3.497)	--
Dividendos (R\$ 101,28 por lote de mil ações)	--	--	--	(66.448)	(66.448)
Saldos em 31.12.2013	656.103	17.674	202.032	--	875.809
Mutações do período	--	3.497	--	--	3.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 - A ATIVOS S.A. E SUAS OPERAÇÕES

A Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros, Ativos S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31.10.2002, localizada no SEPN 504, Bloco A, Edifício Ana Carolina, nº 100, salas 101 a 106, Asa Norte, Brasília-DF. Tem por objeto a aquisição e/ou gestão de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, podendo participar de outras sociedades.

O Capital Social da Ativos S.A. é constituído por recursos das empresas BB Banco de Investimento S.A. - BB BI e Brazilian American Merchant Bank - BAMB, empresas financeiras controladas pelo Banco do Brasil S.A.

A Ativos S.A. participa com 100% no capital social da Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o ativo fiscal diferido, as antecipações do imposto de renda e contribuição social, provisão para demandas cíveis e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

A Ativos S.A. não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, em conformidade com o item 4 da Resolução n.º 1.426/2013, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou o Pronunciamento Técnico n.º 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27.02.2014.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela Ativos S.A. são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, exceto aquelas receitas oriundas das operações de créditos adquiridas junto ao Banco do Brasil S.A., que por se tratarem de créditos contingentes, referindo-se a operações de créditos com qualidade deteriorada e, portanto, baixados para prejuízo naquela instituição, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro (Nota 5.c).

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros considera a finalidade para a qual os mesmos foram contratados ou adquiridos. Os instrumentos financeiros são classificados nas categorias, abaixo relacionadas:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - são ativos e passivos mantidos para negociação ativa e frequente, ou que são derivativos (exceto instrumento de *hedge* de fluxo de caixa definido como efetivo). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado nas rubricas de receitas e despesas financeiras, por regime de competência.

As aplicações de liquidez imediata da Empresa são mensuradas a valor justo por meio de resultado, registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5.a).

Mantidos até o vencimento - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tenha a intenção positiva e capacidade financeira de manter até o vencimento e que são mensurados pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Disponíveis para venda - são aqueles instrumentos que não são classificados nas categorias descritas acima e que em momento oportuno a Empresa possui a intenção de negociá-los. São valorizados pelo seu valor justo de contrapartida à conta de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Empréstimos e Recebíveis - são ativos financeiros e não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em mercado ativo, que a Empresa não tenha a intenção de vender no curto prazo, que não foram classificados pela Securitizadora, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou disponíveis para venda e cujo detentor pode recuperar substancialmente o seu investimento inicial, salvo pela deterioração do crédito.

As operações de crédito adquiridas são registradas pelo seu valor de aquisição, observando-se que tais operações foram inicialmente precificadas pelo Banco do Brasil S.A., por meio de metodologia específica, homologada por empresa de consultoria externa. As respectivas carteiras de créditos são conhecidas previamente à aquisição e são submetidas a um processo de *due diligence* e precificação pela Ativos S.A. por meio de modelo desenvolvido internamente. A metodologia busca estabelecer um fluxo futuro de recuperação dos créditos inadimplidos com base no percentual histórico de recebimento de créditos congêneres.

Em função das características das carteiras adquiridas, as operações são apropriadas como perdas de acordo com os critérios abaixo:

I) as operações consideradas incoerentes por erro no cedente, como: contratos liquidados no cedente antes da cessão dos créditos, mas não contabilizados adequadamente nas agências de origem, originadas de débitos indevidos oriundas de contas abertas de clientes falecidos, são apropriados em perdas imediatamente após sua identificação;

II) as operações em que houve formalização de acordo, mas não ocorreu pagamento ou que após o pagamento ficaram inadimplidas são apropriadas em perdas 6 (seis) meses após o vencimento da parcela não paga;

III) para as operações adquiridas até 10.11.2011, sem acordo, por faixa de valor, são apropriadas em perdas 6 (seis) meses após a aquisição da carteira, de forma que, ao final do sexagésimo mês de cobrança, todas as operações são apropriadas em perdas;

IV) devido às características dos lotes adquiridos a partir de 11.11.2011, foi adotado critério específico de baixa de operações do balanço na mesma proporção da realização de caixa.

Por se tratarem de créditos contingentes, toda receita é reconhecida somente no momento do efetivo recebimento financeiro, data de realização do crédito.

d) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros

SEPN 504 - Bl. "A", Nº 100 - Edifício Ana Carolina - Salas 101/106 - Brasília-DF - CNPJ 05.437.257/0001-29

Exercício encerrado em 31.12.2013

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários – Nota 14.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios aprovados pela Resolução CFC nº 1.189, de 28.08.2009, que aprovou a NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, em conformidade com as instruções e normas do Conselho Federal de Contabilidade.

f) Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida econômica dos bens, seguindo os parâmetros estabelecidos pela legislação tributária. A Administração julga o critério utilizado compatível com a vida útil dos bens (Nota 8).

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

No mínimo anualmente, a Ativos S.A. elabora estudo para verificar se existem indícios de desvalorização dos ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Havendo indicação de possível desvalorização, a entidade elabora estimativa para mensuração do valor recuperável e o reconhecimento de perdas por imparidade (Nota 18.a).

h) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução CFC nº 1.180, de 24.07.2009.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião técnica de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 17.a) o risco de perda de uma demanda judicial ou extrajudicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisadas/atualizadas mensalmente, de forma individualizada, assim considerados os processos relativos às causas, ou cujo valor seja relevante, considerando: o valor indenizatório pretendido, a região de origem, o tipo de ação, o tipo de juízo, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da demanda.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 17.b), e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Ativos S.A. é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

Os instrumentos financeiros da Ativos S.A. encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicações financeiras, créditos a receber de sociedades ligadas e créditos adquiridos de empresa ligada. A Empresa não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Ativos S.A. não apresenta exposição a risco de crédito por concentrar os créditos a receber na prestação de serviços a sociedade ligada (Banco do Brasil S.A.).

Os riscos advindos do uso de instrumentos financeiros estão relacionados a:

Risco de mercado – restringe-se a risco de taxas de juros sobre aplicações financeiras - a Diretoria Executiva é responsável pela execução e acompanhamento da gestão dos investimentos, observando as melhores práticas de gestão de recursos e de prudência na assunção de riscos, bem como a política estabelecida pelo Conselho de Administração. Segundo a Política de Risco de Mercado, todos os recursos são aplicados em operações compromissadas e fundos de renda fixa administrados pela BB DTVM.

Risco de liquidez – restringe-se ao risco de descasamentos (fluxo de caixa) - a Diretoria responsável pela Área Administrativa faz a gestão das disponibilidades de caixa, o acompanhamento dos valores realizados no orçamento e mantém a projeção de fluxo de caixa para os próximos 5 anos. O caixa referente a dois dias é suficiente para pagar todas as despesas fixas do mês. As demais despesas são variáveis.

Risco operacional – relacionado às atividades operacionais, pessoas, tecnologia, infraestrutura, legais e regulatórios da companhia - são monitorados através do acompanhamento gerencial e da verificação de conformidade. Visando evitar a inexecução de atividades sob responsabilidade das áreas internas e fiscais de contratos, foram desenvolvidos *checklists* de acompanhamento operacional e de fiscalização, contendo os principais procedimentos e tarefas, sendo o gestor da área e/ou fiscal do contrato os responsáveis pela aplicação. A área de Controles Internos e *Compliance* desenvolveu *checklists* objetivando acompanhar e mitigar os riscos envolvidos nos processos da Empresa para antever problemas e descobrir oportunidades de aprimoramento. Semestralmente é apresentado o Relatório de Acompanhamento com exposição de eventuais fragilidades, sendo que, na medida em que são constatadas inconformidades, as áreas são acionadas para regularização tempestiva.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2013	31.12.2012
Disponibilidades	411	662
Total	411	662

5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Aplicações Financeiras

	31.12.2013	31.12.2012
Aplicações de liquidez imediata ⁽¹⁾	169.862	120.471
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada ⁽²⁾	61.467	–
Total	231.329	120.471

(1) Corresponde à aplicação financeira de liquidez diária, efetuada em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil S.A., cuja carteira é composta por títulos públicos e privados pré e pós-fixados, com direcionamento para papéis privados e taxas pré-fixadas.

(2) Corresponde à aplicação financeira compromissada de longo prazo, de liquidez diária e administrada pelo Banco do Brasil S.A., cuja carteira é lastreada por títulos privados (debêntures) pós-fixados.

b) Rendas de Aplicações Financeiras

	Exerc/2013	Exerc/2012
Rendas de aplicações financeiras	17.412	9.207
Rendas de aplicações em operações compromissadas – posição bancada	1.468	–
Total	18.880	9.207

c) Créditos Adquiridos

	31.12.2013	31.12.2012
Saldo de Aquisição	793.651	818.159
Aquisição no período	261.053	265.078
Cedidas/Devolvidas	(38)	(42)
Baixa para perdas	(327.019)	(258.083)
Baixa por pagamento	(28.929)	(31.461)
Créditos Adquiridos de Empresa Ligada ⁽¹⁾	698.718	793.651

Ativo Circulante 270.456 294.160
 Ativo Não Circulante 428.262 499.491

(1) Refere-se, principalmente, às operações de CDC (empréstimos e financiamentos), Cheque Especial, Cartão de Crédito, Adiantamento a Depositante, Giro Rápido, Desconto de Títulos, *Leasing*, Conta Garantida e outras oriundas do Banco do Brasil S.A.

6 - OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2013	31.12.2012
Impostos e contribuições diferidos (Nota 14.d)	10.138	11.503
Impostos e contribuições a compensar	1.735	4.168
Outros	347	271
Total	12.220	15.942

Ativo Circulante 2.082 4.439
 Ativo Não Circulante 10.138 11.503

7 - OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2013	31.12.2012
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽¹⁾	50.255	30.570
Adiantamento a terceiros ⁽²⁾	57	135
Valores a receber de terceiros	12	7
Outros	72	10
Total	50.396	30.722

Ativo Circulante 50.396 30.722
 (1) Refere-se a valores a receber do Banco do Brasil S.A., decorrentes de prestação de serviços de cobrança.
 (2) Inclui custas judiciais e indenizações.

8 - IMOBILIZADO

	Taxa Anual de Depreciação %	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	31.12.2013	31.12.2012
Imobilizado de Uso				Líquido	Líquido
Imóveis de uso – Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.302	(119)	1.183	1.229
Máquinas e equipamentos	10 a 40	1.546	(441)	1.105	918
Móveis e utensílios	10 a 20	394	(233)	161	127
Instalações e outros	10	247	(207)	40	63
Total		3.489	(1.000)	2.489	2.337

9 - OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES

As debêntures emitidas são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, não conversíveis em ações e com prazo de vencimento em 48 meses. As amortizações são realizadas em parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, à razão de 6,25%. A remuneração paga trimestralmente é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis corridos.

	Valor Emitido	Custos de Transação	Remuneração a.a. (%)	Data da Captação	Vencimento	31.12.2013	31.12.2012
Debêntures	122.000	1.036	CDI + 1,50	15.03.2010	15.03.2014	7.571	37.812
Total						7.571	37.812

Passivo Circulante 7.571 30.241
 Passivo Não Circulante – 7.571

No período, foram efetuadas as seguintes amortizações programadas referentes ao valor nominal unitário e aos custos de transação:

	15.03.2013	15.06.2013	15.09.2013	15.12.2013
Debêntures				
Saldo inicial	38.125	30.500	22.875	15.250
Atualização	751	653	558	405
Amortização	(8.376)	(8.278)	(8.183)	(8.030)
Saldo das Debêntures	30.500	22.875	15.250	7.625
Custos de Transação				
Saldo inicial	(313)	(248)	(183)	(118)
Amortização	65	65	65	64
Saldo dos Custos de Transação	(248)	(183)	(118)	(54)
Saldo das Obrigações por Emissão de Debêntures	30.252	22.692	15.132	7.571

10 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2013	31.12.2012
Dividendos a pagar	66.448	10.051
Provisão para participações nos lucros	611	463
Total	67.059	10.514

Passivo Circulante 67.059 10.514

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2013	31.12.2012
Impostos e contribuições a recolher	2.402	1.332
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.571	–
Provisão para riscos fiscais	–	1.683
Total	3.973	3.015

Passivo Circulante 3.973 3.015

c) Diversas

	31.12.2013	31.12.2012
Provisão para passivos contingentes (Nota 17.a)	29.817	32.149
Provisão para pagamentos a efetuar	6.630	4.549
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 15)	2.631	1.664
Pagamento de clientes a processar	1.573	1.283
Outros	508	495
Total	41.159	40.140

Passivo Circulante 41.159 40.140

11 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Exerc/2013	Exerc/2012
Receita Bruta de Serviços	529.884	439.787
Receita de recebimento de créditos	529.884	439.787
Deduções da Receita Bruta	(25.870)	(19.976)
Despesas de Papep/Cofins	(25.870)	(19.976)
Receita Operacional Líquida	504.014	419.811

12 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Comissões

	Exerc/2013	Exerc/2012
Comissões de recebimentos de créditos ⁽¹⁾	(75.026)	(72.301)
Despesas gerais	(1.526)	(511)
Reembolso por cessão de operações	(220)	(48)
Total	(76.772)	(72.860)

(1) Referem-se a comissões pagas às empresas prestadoras de serviços, conforme critérios definidos em contratos.

b) Despesas Administrativas

	Exerc/2013	Exerc/2012
Pessoal, encargos sociais, benefícios e treinamentos	(8.117)	(6.928)
Legais e judiciais	(4.165)	(5.236)
Processamento de dados	(2.041)	(2.116)
Aluguéis – De imóveis	(1.278)	(1.415)
Comunicação	(1.134)	(1.484)
Tributárias	(1.011)	(580)
Serviços de terceiros	(493)	(309)
Viagem no país	(201)	(204)
Serviços do sistema financeiro	(196)	(202)
Outras	(1.671)	(3.456)
Total	(20.307)	(21.930)

c) Rendas de Serviços Prestados a Ligadas

	Exerc/2013	Exerc/2012
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	19.685	10.311
Total	19.685	10.311

(1) Referem-se às rendas de prestação de serviço de operacionalização do processo de liquidação e renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívidas Ativas da União.

d) Outras Receitas Operacionais

	Exerc/2013	Exerc/2012
Reversão de provisão para passivos contingentes	5.292	–
Multas por atraso no recebimento de créditos cedidos	558	609
Reversão de provisões operacionais ⁽¹⁾	316	–
Outras	511	34
Total	6.677	643

(1) Inclui o valor de R\$ 257 mil relativo ao efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários – Refis (Nota 17.c).

e) Outras Despesas Operacionais

	Exerc/2013	Exerc/2012
Perdas na baixa de créditos adquiridos ⁽¹⁾	(327.019)	(258.083)
Demandas judiciais	(10.681)	(9.538)
Provisão para demandas cíveis	(2.959)	(5.453)
Outras	(44)	(15)
Total	(340.703)	(273.089)

(1) Referem-se à apropriação como perdas dos créditos adquiridos considerados incobráveis.

f) Despesas Financeiras

	Exerc/2013	Exerc/2012
Comissões e despesas bancárias	(2.306)	(2.109)
Despesas de captação na emissão de debêntures	(2.289)	(5.522)
Atualização monetária sobre obrigações sociais e estatutárias	(429)	(497)
Diversos	(134)	(109)
Total	(4.958)	(8.237)

13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor Patrimonial

	31.12.2013	31.12.2012
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	875.809	872.312
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,33	1,33

b) Capital Social

O Capital Social de R\$ 656.103 mil em 31.12.2013 e 31.12.2012 está dividido em 656.102.904 ações, sendo 328.051.452 ações ordinárias e 328.051.452 ações preferenciais, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Acionistas	Ações	% Total
BB Banco de Investimento S.A. – BB BI	488.796.663	74,5
Brasileira American Merchant Bank – BAMB	167.306.241	25,5
Total	656.102.904	100,0

c) Reservas de Lucros

	31.12.2013	31.12.2012
Reservas de Lucros	219.706	216.209
Reserva legal	17.674	14.177
Reserva estatutária	202.032	202.032

A Reserva Estatutária tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

d) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	Exerc/2013	Exerc/2012

ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros

SEPN 504 - Bl. "A", Nº 100 - Edifício Ana Carolina - Salas 101/106 - Brasília-DF - CNPJ 05.437.257/0001-29

Exercício encerrado em 31.12.2013

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico realizado em 31.12.2013, sendo o valor presente apurado com base na taxa média Selic.

	R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	1.008	927
Em 2016	1.261	1.159
Em 2017	1.462	1.360
Em 2018	1.669	1.560
Em 2019	1.887	1.756
Em 2020	2.118	1.966
Em 2021	733	680
Total	10.138	9.408

15 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com as remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal e Diretoria da Ativos S.A. foram de R\$ 68 mil (R\$ 73 mil em 2012) e R\$ 1.525 mil (R\$ 1.361 mil em 2012), respectivamente.

A Ativos S.A. não concede empréstimos aos seus Diretores, aos membros do seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A Ativos S.A. realiza, principalmente com o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados). Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da Ativos S.A. com as partes relacionadas em 31.12.2013 e 31.12.2012 e seus respectivos resultados nos exercícios de 2013 e 2012:

	Banco do Brasil S.A.		Outras Partes Relacionadas (2)		R\$ mil	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	Total	Total
Ativos						
Disponibilidades	409	--	409	662		
Valores a receber de sociedades ligadas	50.255	--	50.255	30.570		
Aplicações financeiras	61.467	--	61.467	--		
Investimentos	--	5.000	5.000	5.000		
Passivos						
Dividendos	--	66.448	66.448	10.051		
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	2.631	--	2.631	1.664		
Receitas						
Rendas de serviços prestados	19.685	--	19.685	10.311		
Despesas						
Despesas de pessoal	(2.114)	--	(2.114)	(1.726)		
Custos de suporte Direção Geral BB	(179)	--	(179)	(139)		
Custos indiretos Contadoria BB	(107)	--	(107)	(52)		
Despesas financeiras	--	(229)	(229)	(497)		
Despesas de comissões bancárias	(2.306)	--	(2.306)	(2.109)		

(1) Referem-se a valores a pagar ao Banco do Brasil S.A., relativos à prestação de serviços e em decorrência da utilização do mecanismo de compartilhamento dos resultados referentes à cessão de créditos das Carteiras Varejo 3, 4, 16, 17 e MPE 01.

(2) BB BI, BAMB e Ativos Gestão.

A Ativos S.A. adquiriu do Banco do Brasil S.A., créditos oriundos de operações em prejuízo no montante de R\$ 261.053 mil (R\$ 265.078 mil em 2012). Essas operações estão registradas em Créditos Adquiridos – De Empresa Ligada (Nota 5.c).

Embora os preços das referidas aquisições tenham sido determinados por meio de metodologia de precificação, esses poderiam ser diferentes caso as operações fossem realizadas com partes não relacionadas.

16 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

Em 27.08.2010, foi assinado convênio de cessão de pessoal do quadro do Banco do Brasil S.A. para a Ativos S.A. para o exercício de funções dos níveis diretivos. A cessão acontece na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco. O Banco continuará processando a folha de pagamento desses funcionários mediante ressarcimento mensal pela Empresa de todos os custos decorrentes. Essa remuneração está incluída em Despesas de Pessoal, conforme evidenciado na Nota 15.

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração da Ativos S.A.:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos S.A.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Ativos S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Ativos S.A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Conforme informado nas Notas Explicativas n.ºs 3.c e 15, a Empresa adquiriu créditos originados pelo seu controlador Banco do Brasil S.A. Embora os preços das referidas aquisições tenham sido determinados por meio de metodologia de precificação, esses poderiam ser diferentes caso as operações fossem realizadas com partes não relacionadas. Este fato não modifica nossa opinião.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6F-DF

Carlos Massao Takauti
 Contador CRC 1SP206103/O-4



	31.12.2013	31.12.2012	em reais
Menor salário	839,30	1.367,91	
Maior salário	6.687,51	6.079,55	
Salário Médio	2.841,01	3.466,12	
Dirigentes			
Presidente	26.148,17	24.211,27	
Diretor	17.604,23	16.300,21	
Conselheiros			
Conselho Fiscal	1.974,02	1.827,80	

17 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Ações de Natureza Cível

As ações movidas contra a Ativos S.A. têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como, na inclusão/manutenção do nome de correntistas em órgãos de proteção ao crédito.

a) Provisão para Demandas Cíveis – Prováveis

Movimentação na provisão para demandas cíveis, classificadas como prováveis:

	Exercício/2013	Exercício/2012	R\$ mil
Demandas Cíveis			
Saldo inicial	32.149	26.696	
Constituição	13.119	20.644	
Reversão	(6.881)	(8.458)	
Baixa por pagamento	(8.570)	(6.733)	
Saldo final	29.817	32.149	

b) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas cíveis classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	31.12.2013	31.12.2012	R\$ mil
Demandas cíveis	50.129	41.670	
Total	50.129	41.670	

c) Obrigações Legais

Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Leis n.º 11.941/2009 e n.º 12.865/2013

Em novembro de 2013, a Ativos S.A. aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei n.º 12.865/2013, relativo à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei n.º 9.718/1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras.

Na Ativos S.A., o processo incluído nesse programa refere-se ao questionamento da inclusão das Receitas Financeiras no cálculo e recolhimento do PIS/Pasep e Cofins, conforme artigo 39 da Lei n.º 12.865/2013.

O total líquido resultante da adesão ao programa foi de R\$ 257 mil (Nota 12.d).

18 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2013, o estudo realizado não identificou ativos com indicio de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

b) Medida Provisória n.º 627

A Medida Provisória n.º 627 (MP 627/2013), de 11.11.2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Considerando que a MP 627/2013 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a Ativos S.A. aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva.

Entretanto, de acordo com estudos preliminares à luz do texto vigente da MP 627/2013, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis da Ativos S.A.

Manifestação do Conselho de Administração

De conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei 6.404, de 15.12.1976, o Conselho de Administração da Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros declara que, em reunião desta data, tomou conhecimento das contas da Diretoria Executiva e do Relatório de Administração 2013 e recomenda à Assembleia Geral dos Acionistas a aprovação das contas relativas ao exercício de 2013.

Brasília (DF), 27 de fevereiro de 2014

Adriano Meira Ricci Presidente	Milton Teles Sobrinho Conselheiro
Vilmar Gongora Conselheiro (Suplente)	Janio Carlos Endo Macedo Conselheiro

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Ativos S.A., ao analisar as Demonstrações Contábeis com as informações complementares recebidas da Diretoria e esclarecimentos decorrentes da reunião conjunta com o Conselho de Administração, realizada em 27 de fevereiro de 2014, emitiu o seguinte PARECER: O Conselho Fiscal da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (ATIVOS), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 27 de fevereiro de 2014

Fernando de Rosa Presidente	Fernanda Peres Arraes Conselheira
Luciana Maria Rocha Moreira Conselheira	

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
DIRETOR PRESIDENTE	Adriano Meira Ricci (Presidente)	Fernando de Rosa (Presidente)
Fernando Luis Barroso Toledo	Carlos Renato Bonetti (Titular)	Fernanda Peres Arraes (Titular)
	Janio Carlos Endo Macedo (Titular)	Luciana Maria Rocha Moreira (Titular)
	João Paulo Dutra e Silva (Titular)	Alexandra Antonagi de Campos (Suplente)
	Milton Teles Sobrinho (Titular)	Alexandre Ronald de Almeida Castro (Suplente)
DIRETORES	Paulo de Tarso Rodrigues (Suplente)	Antônio Celso Perez de Araújo (Suplente)
João Vitorino de Farias	Rodrigo de Campos Queiroz (Suplente)	
Marcel Ricardo Baraldi de Castro	Rogério Bressan Biruel (Suplente)	CONTADORIA
Maurício Johann	Vasco Creso Farinello Júnior (Suplente)	Eduardo Cesar Pasa
	Vilmar Gongora (Suplente)	Contador Geral
		Contador CRC-DF 017601/O-5
		CPF 541.035.920-87